



FORU SOCIAL IBÉRICU POLA EDUCACIÓN
FORO SOCIAL IBÉRICO POR LA EDUCACIÓN
FÒRUM SOCIAL IBÈRIC PER L'EDUCACIÒ
HEZKUNTZAREN ALDEKO IBERIAR FORO SOZIALA
FORO SOCIAL IBÉRICO POLA EDUCACIÓN
FÓRUM SOCIAL IBÉRICO PARA A EDUCAÇÃO

Conferencia - 31 de octubre de 2005 - 9:30 a 11:30h

Educación pública como derecho Universal

Paulo Sucena (FENPROF - Portugal); Marta Mata (M.R.P. Rosa Sensat); Roberto Silva (Instituto Latino Americano de las Naciones Unidas para Prevención al Delito y Tratamiento del Delincuente, Brasil) *Moderador: Luis Castillejos (FE CCOO); Relator: Adilson (IPF-Portugal)*

UMA CIDADANIA RESPONSÁVEL PASSA POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

Paulo Sucena

Antes de tudo pretendo afirmar com total clareza que os trinta anos de democracia proporcionaram, apesar de políticas de sinal contrário, evidentes progressos na área da educação. Devem ser assinaladas, entre outras, melhorias como o notável aumento da escolarização, principalmente no ensino básico, com o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, o enorme salto na frequência do ensino superior, o crescimento do número de licenciados, mestres e doutores, pese embora o desemprego que atinge muita gente com aquelas qualificações académicas, a gestão democrática das escolas, o aumento do parque escolar, desde os jardins de infância às universidades, etc, etc.

Portugal está inequivocamente longe dos países do terceiro mundo, mas constatar isso e por essa razão sentarmo-nos placidamente na cadeira dessa tão precária satisfação é hipotecarmos o futuro e o desenvolvimento do país porque ambos implicam um esforço inteligente e consistente de aproximação aos padrões dos países do primeiro mundo. Não ser, na Europa, um país do terceiro mundo não pode ser nunca a razão suficiente para a alegria de um povo.

Na verdade, o país tem-se confrontado com uma política educativa que vem asfixiando o modelo de crescimento económico português, assente numa população com um nível de escolaridade bastante baixo. Os dados do censo de 2001, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, comprovam o que acabo de dizer.

Verifica-se que em pleno século XXI continua a persistir uma triste realidade: 31% da população empregada continua a possuir apenas o 1º ciclo do ensino básico ou ainda menos; 62,6% têm o 3º ciclo ou nem isso; se tivermos em conta a população empregada com o 3º ciclo completo (9º ano de escolaridade) ela representa apenas 7,3%.

A integração de Portugal num espaço económico muito amplo e fortemente competitivo, sujeito a frequentes e acelerados processos de transformação, exige que a população activa do país esteja em condições de responder aos desafios que este século lhe vai colocar no decurso dos anos.



FORU SOCIAL IBÉRICU POLA EDUCACIÓ
FORO SOCIAL IBÉRICO POR LA EDUCACIÓN
FÒRUM SOCIAL IBÉRIC PER L'EDUCACIÓ
HEZKUNTZAREN ALDEKO IBERIAR FORO SOZIALA
FORO SOCIAL IBÉRICO POLA EDUCACIÓ
FÓRUM SOCIAL IBÉRICO PARA A EDUCAÇÃO

Essa preocupação política deve ser colocada nos primeiros lugares dos programas dos governos porque Portugal apresenta um fraco grau de qualificação da mão-de-obra e um número de participantes em acções de educação e formação muito inferior à média europeia a que acresce uma preocupante percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos que deixa prematuramente o sistema escolar. Por tal razão a Comissão Europeia para Portugal informa ser necessário “conceber e aplicar uma estratégia global de educação e formação ao longo da vida que vise igualmente o problema das saídas precoces do sistema escolar, fixe objectivos claros e atribua meios para agir. Em particular, deve ser dada uma atenção especial à qualidade do ensino e da formação a fim de evitar insuficiências na qualificação.” Estes são dados extremamente negativos que nos afastam seriamente dos outros parceiros da União Europeia. É pois urgente e prioritário encontrar respostas articuladas entre a qualidade de ensino do sistema público e um amplo e democrático sucesso dos seus alunos e o que se faz no domínio da educação ao longo da vida e na formação profissional contínua. Estamos, portanto, perante a necessidade de se promoverem diferentes políticas públicas que conduzam ao aumento das qualificações académicas e profissionais dos trabalhadores, com vista à redução das desigualdades sociais e também visando evitar a expansão de camadas sociais sem qualquer perspectiva de uma verdadeira e sólida inserção social e laboral.

Esses grandes desígnios obrigam a que se ponha termo às profundas tensões que abalam o sistema educativo e o mergulharam numa inequívoca crise estrutural e sectorial. A necessária superação do “statu quo” educativo passa pela expansão de uma escola pública de qualidade para todos como uma opção política indispensável às transformações sociais que permitam a construção de uma sociedade em que a maioria dos trabalhadores esteja munida das capacidades e conhecimentos que impulsionem a sua participação activa quer no domínio do pensamento quer no da acção, tendo como objectivo a edificação e dinamização de uma democracia política, social, económica e cultural.

Sabemos que ainda estamos longe desse desígnio mas tudo passa por não desistir de lutar e por saber reforçar a confiança no futuro.

Nesse sentido, tenha o país a certeza de que, mesmo no mar de incertezas do nosso presente, nós, professores e educadores, assumimos a responsabilidade social de educar e não delegamos nem no mercado, nem na tecnocracia, nem nos “iluminados” dos gabinetes ministeriais, o poder de definir o nosso projecto educativo nem tão pouco permitimos que, pelo facto de todos nós termos responsabilidades na educação pública, se esfume a incontornável responsabilidade do Estado neste campo porque o Estado é quem melhor pode garantir uma escola de qualidade para todos.

Os professores estão conscientes de que são necessárias mudanças e transformações. O próprio mundo muda de uma forma cada vez mais acelerada ainda que nem sempre para melhor. É por isso que todos nós nos empenhamos para que a direcção das mudanças seja em benefício da humanidade. Por isso não seremos espectadores passivos de injustiças, de desigualdades, de violências, de corrupções ainda que alguns gostassem de nos ver como meros técnicos processando administrativamente os resultados do insucesso escolar, fermento desse flagelo moderno designado por exclusão social. Papel que recusamos porque hoje em dia toda a gente reconhece que a democracia, a paz e o



FORU SOCIAL IBÉRICU POLA EDUCACIÓN
FORO SOCIAL IBÉRICO POR LA EDUCACIÓN
FÒRUM SOCIAL IBÈRIC PER L'EDUCACIÒ
HEZKUNTZAREN ALDEKO IBERIAR FORO SOZIALA
FORO SOCIAL IBÉRICO POLA EDUCACIÓN
FÓRUM SOCIAL IBÉRICO PARA A EDUCAÇÃO

desenvolvimento transformaram-se em componentes imprescindíveis da evolução das sociedades. Porém, não há desenvolvimento sustentável sem paz, do mesmo modo que não há paz sem desenvolvimento, e não há ambas as coisas sem democracia e nada disto se alcança plenamente se não se assegurar o direito de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade.

A vida dos cidadãos depende da dinâmica que se estabelecer entre estes diferentes aspectos. Por sua vez os sistemas educativos devem ter a flexibilidade suficiente para permitirem uma resposta eficaz em diversos contextos, mas sempre de modo a que a construção de uma democracia plena, a paz e o desenvolvimento sejam o fundamento dos processos educativos qualquer que seja a sua renovação. No processo educativo é necessário ter em conta que os alunos devem, mediante a prática democrática, ser os sujeitos principais do seu próprio desenvolvimento e os promotores de atitudes e de modos de acção solidários.

A paz não pode ser definida apenas como a ausência de guerra. A paz adquire verdadeiro sentido quando resulta da justiça social, da participação dos cidadãos na construção das decisões políticas e na partilha dos frutos do crescimento económico. Daí a importância que as políticas educativas, o sistema e a escola têm no crescimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens que pretendemos ver devidamente apetrechados para poderem contribuir para o desenvolvimento, o reforço e aprofundamento da democracia nas suas diversas vertentes.

Para que a escola cumpra esse papel é preciso aceitar que o processo de desenvolvimento social deve repousar também numa concepção humanista que ponha em prática três princípios: primeiro, o acesso à cidadania e à sua prática quotidiana de todos os cidadãos, sem excepções; segundo, o uso dos códigos da modernidade (linguagens, competências) de forma suficientemente satisfatória de modo a permitir a todos a participação na vida pública e produtiva; terceiro, a instituição de uma atitude ética e moral, assente no respeito por si mesmo e pelo outro, olhado como um ser cujos direitos são tão legítimos como os seus.

Deste modo, e nada tendo contra o ensino particular e cooperativo de qualidade, não podemos deixar de verberar a orientação neoliberal de sucessivos governos que tem conduzido à desresponsabilização cada vez maior do Estado nas questões educacionais, e ao fomento da expansão do sector privado em detrimento de uma escola pública, democrática e de qualidade. Esta política é tanto mais reprovável quanto se choca com o proclamado desígnio de diversos Ministérios da Educação de promoverem a descentralização. Ora, num país pejado de assimetrias, um sistema educativo descentralizado exige, para salvaguarda da qualidade e da equidade, o reforço das funções próprias do Estado no sentido de ele proporcionar as condições e os recursos necessários à prossecução e cumprimento de objectivos básicos por todos os alunos, ao incremento da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativo em todos os segmentos do sistema, combatendo assim o abandono escolar precoce, e ao efectivo desenvolvimento da autonomia e direcção e gestão democráticas das escolas.



FORU SOCIAL IBÉRICU POLA EDUCACIÓ
FORO SOCIAL IBÉRICO POR LA EDUCACIÓ
FÒRUM SOCIAL IBÉRIC PER L'EDUCACIÓ
HEZKUNTZAREN ALDEKO IBERIAR FORO SOZIALA
FORO SOCIAL IBÉRICO POLA EDUCACIÓ
FÓRUM SOCIAL IBÉRICO PARA A EDUCAÇÃO

Não foi por acaso que o VIII Congresso Nacional dos Professores (Março de 2004), na esteira do anterior, retomou a defesa de uma escola pública de qualidade e democrática capaz de proporcionar as aprendizagens que contribuam para a integração social e não para a exclusão. Hoje em dia perfila-se como condição de sobrevivência e de desenvolvimento pessoal e social num mundo de grande informação, mudança e fluidez, a construção de capacidades imbuídas de um profundo sentido ético. Isto pressupõe efectivas capacidades para o acesso, a organização, produção, interpretação e análise da informação; uso correcto e adequado da língua materna; acesso e domínio das tecnologias da informação; domínio de conhecimentos científicos e humanísticos básicos e de capacidades solidamente provadas no domínio relacional. Acresce ainda a necessidade de complementar aquelas aprendizagens com o desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica fundamental, desde o ensino básico, e com o estabelecimento de objectivos transversais no processo educativo que desenvolvam a capacidade do jovem se conhecer a si mesmo, de se relacionar solidariamente com os outros e de agir, respeitando os contextos natural e cultural.

Esta é a escola pela qual os professores progressistas portugueses lutam, irmanados na sua mais representativa organização sindical - a FENPROF e os seus sindicatos. Esta escola exige uma urgente e profunda mudança das políticas educativas. Mudança que deve ser capaz de promover uma eficaz educação ao longo da vida, propiciadora de uma aprendizagem contínua, mudança que deve incrementar a integração da educação permanente e de adultos, mudança que deve formular estratégias nacionais de combate ao analfabetismo, mudança que precisa de criar as condições indispensáveis ao cumprimento da escolaridade básica por todos os alunos, investindo seriamente a Acção Social Escolar naqueles que provêm de meios sócio-económico-culturais desfavorecidos, mudança que deve propiciar os meios necessários à rápida expansão da rede pública da educação pré-escolar de modo a que, a breve prazo, esta educação seja obrigatória e universal no ano que imediatamente precede a entrada da criança no sistema de ensino, mudança favorecedora de políticas que reforcem a capacidade das escolas do ensino superior para atingirem os mais altos padrões de qualidade, a fim de lhes permitirem cumprir cabalmente a sua missão de formadores de recursos humanos e de lhes aumentarem as possibilidades de se tornarem centros de investigação científica e tecnológica cada vez melhores, mudança que promova uma efectiva valorização da profissão docente para a qual lutaram coerente e tenazmente os educadores de infância e os professores dos ensinos básico e secundário, sob a bandeira da FENPROF, com significativas conquistas, mudança que contribua para a melhoria das condições de trabalho e para a transformação das escolas em espaços humanizados onde dê gosto aprender e ensinar porque toda a educação, como escreveu Elise Freinet, deve principiar pela abordagem da alegria.

O que temos vindo a enunciar como reivindicações imprescindíveis à melhoria da Educação são tanto mais imperiosas quanto a realidade sobre que escrevemos ou é modificada ou o país e o sistema educativo condenarão à morte laboral e cultural mais de 3 milhões de portugueses, como se escreveu na Carta Magna elaborada pela insuspeita Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao Longo da Vida. É por isso que os professores e as suas organizações sindicais mais representativas olham a realidade com o desejo de a transformar e a vontade de construir uma educação



FORU SOCIAL IBÉRICU POLA EDUCACIÓN
FORO SOCIAL IBÉRICO POR LA EDUCACIÓN
FÒRUM SOCIAL IBÈRIC PER L'EDUCACIÒ
HEZKUNTZAREN ALDEKO IBERIAR FORO SOZIALA
FORO SOCIAL IBÉRICO POLA EDUCACIÓN
FÓRUM SOCIAL IBÉRICO PARA A EDUCAÇÃO

para a democracia política, económica, social e cultural e para os valores do pensamento humanista. Uma educação que recupere o valor do trabalho humano e reconstrua o plano socioafectivo. Se é certo que o século XX produziu uma formidável revolução científica, técnica e tecnológica não é menos verdade que nos deixou suspensos da necessidade de promover a revolução da sensibilidade, da ética e da solidariedade.

Por isso não pretendemos apenas questionar o neoliberalismo porque tal posicionamento limitaria as nossas ambições que têm de ir obrigatoriamente no sentido da construção de um projecto alternativo ao das forças transnacionais que operando efectivamente no mercado - esse deus anónimo, sem rosto e sem consciência - exercem uma verdadeira ditadura mundial "de facto", como disse Chomsky, que dilui a soberania dos povos e manipula os governos dos países.

O empenhamento solidário de todos os trabalhadores permite-nos alimentar a esperança de que seremos capazes de construir um novo paradigma - aberto, horizontal, plural e cujos nexos permitam a tecitura de uma rede de solidariedade -, paradigma capaz de confrontar a metáfora vertical do neoliberalismo, em que a "elite" do capital se considera legitimada para explorar os trabalhadores e exclui-los socialmente de acordo com os seus interesses cujo único objectivo é o lucro. Porém, guardo a esperança e a confiança de que os educadores e professores em aliança com os outros trabalhadores serão capazes de construir uma sociedade democrática em que a escola pública de qualidade, gratuita e para todos seja um motor efectivo e eficaz na construção de um mundo sem exploradores e explorados.